

CÓDIGO EM DEBATE

Gilberto abre encontro e alerta contra complô



Governadores voltam a se reunir hoje

As ausências dos governadores do Pará, Mato Grosso e do Acre, apesar de sentidas durante a reunião de governadores da Amazônia ontem, no Isea, não chegaram a ofuscar o brilho do encontro quando o governador Gilberto Mestrinho, ao propor um anteprojeto de lei, o Código Amazônico, conseguiu atingir o alvo principal, isto é, chamar a atenção de todo o país e do mundo para a grande problemática da região que tem cerca de 17 milhões de brasileiros que "estão esquecidos, merecem respeito e precisam viver com dignidade", observou o governador ao denunciar, mais uma vez, existência de "um complô querendo impedir o desenvolvimento da Amazônia".

Durante o encontro, o governador que foi aplaudido inúmeras vezes, revelou que estava "muito feliz" com os entendi-

mentos mantidos ontem com a presidente do Ibama, socióloga Tânia Munhoz, presente ao encontro, sobre o manejo de dois milhões de jacarés no município de Nhamundá que virão, caso as conversações cheguem a convergir para um denominador comum, criar atividades para o caboclo.

Dos cinco governadores presentes, Edson Lobão, do Maranhão, Oswaldo Piana Filho, de Rondônia, Anibal Barcelos, do Amapá, Sidnei Antunes, vice-governador de Tocantins, o governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto, foi o único que disse endossar totalmente o Código Amazônico. Os demais demonstraram cautela e

afirmaram que o documento ainda deveria ser objeto de uma análise mais acurada.

Diante de uma platéia numerosa onde

estavam presentes todos os Comandantes Militares da área, raros deputados federais e estaduais, secretários de Estado, dirigentes de agências de desenvolvimento, e representantes das secretarias do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia da Presidência da República, o governador Gilberto Mestrinho disse que se não chegar a haver um entendimento agora, ao se referir a aprovação do Código Amazônico, voltará a se reunir novamente com os seus colegas.

Enfatizou Mestrinho que a reunião era um "direito nosso para discutirmos os nossos problemas conjuntamente" e indagou:

— Se os grandes do Primeiro Mundo — ao se referir aos países que compõem o Grupo dos 7 — tem o direito de se reunirem, porque não podemos fazer a mesma coisa?

Gilberto descarta boicote ao Código

O governador Gilberto Mestrinho disse que as críticas contra o Código Amazônico, anteprojeto de lei que prevê, entre outros pontos, total liberdade de exploração dos recursos naturais da região, e a ausência de alguns governadores na reunião que começa hoje em Manaus, e que discute a questão ambiental, não significam boicote à proposta nem o fim das discussões.

— Os governadores que não puderam comparecer enviaram representantes. Essa primeira fase é de discussão. Nós temos que apresentar um documento que racionalize o pensamento da Amazônia em relação ao nosso desenvolvimento. Se o mundo entende que tem direito de dar ordens e dizer o que devemos fazer, nós que vivemos aqui temos mais direitos ainda. Como legítimos representantes eleitos pelo povo, temos o direito de tomar posições.

Gilberto Mestrinho disse que a intenção não é apresentar documento acabado. "Teremos outras reuniões em outros estados da Amazônia. O importante é

que o Brasil e o mundo tenham conhecimento do que pensa a Amazônia e o que a Amazônia entende que é importante para o seu desenvolvimento. Não aceitamos os modelos enlatados lá de fora para nós cumprirmos aqui como se fôssemos botocudos. Botocudos nós não somos mais."

O governador explicou que o Código Amazônico pretende apresentar sugestões de desenvolvimento que espelhem a realidade da região, com as particularidades de cada estado. "Cada particularidade deve ser discutida de modo que quando as autoridades federais, o Congresso Nacional e os empresários forem tomar qualquer medida de investimento na Amazônia, possam saber pelo Código, que é um conjunto de normas, qual é o ponto de vista da região, o que pode ser feito de acordo com as particularidades de cada Estado e suas populações."

O governador disse que existem pontos de vistas favoráveis entre ele e a presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis), Tania Munhoz, em relação à Amazônia. Ele considerou irrelevantes as críticas da presidente do Ibama em relação à inconstitucionalidade do Código Amazônico.

— O documento será aperfeiçoado, não é acabado — disse o governador. Ele comentou que várias decisões do governo federal foram consideradas inconstitucionais e que a própria Constituição possui pontos duvidosos. "O próprio presidente Collor tem afirmado que o País é difícil de ser governado com a Constituição atual."

Observador enviado a Londres para acompanhar a reunião de cúpula dos sete países mais industrializados do planeta, segundo Gilberto Mestrinho, vai trazer detalhes sobre decisões relacionadas à Amazônia. Ele disse que espera detalhes sobre as decisões da reunião do grupo dos sete sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento da Amazônia. A propostas, afirmou, não devem condenar a Amazônia "à miséria eterna".

Deputada vai apresentar algumas sugestões

O texto "A Amazônia e os Sete Grandes", faz parte do pronunciamento que a deputada Raquel Cândido (PRN-RO), fará hoje durante a reunião dos governadores da Amazônia reunidos desde ontem, no Isea, discutindo a edição de um Código para a Amazônia.

Como proposta para esta reunião a deputada Raquel Cândido levou uma série de sugestões ao Código, emendas na verdade, que visam colocar neste importante documento, de forma oficial, a discussão sobre o narcotráfico e quais as providências que devem ser tomadas para tentar diminuir a sua ação sobre o país, via os caminhos e fronteiras da Amazônia.

Para a deputada Raquel Cândido, será totalmente incompreensível que se estabeleça um Código para a Amazônia — sem que nele se trate, com objetividade e clareza, de questões relacionadas com a definição de áreas de fronteira, com a produção, circulação e comercialização de minerais e principalmente que enfrente corajosamente a questão do tráfico de drogas.

A deputada citou documento oficial do Ministério da Aeronáutica, onde o Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro afirma: "Analisando as atividades econômicas que se desenvolvem naquela área, verificamos que 90 por cento delas se apresentam de maneira irregular ou ilegal. E afirma contundentemente o ministro da Aeronáutica: Constatamos que existem verdadeiras fachadas mascarando atividades que envolvem o tráfico de drogas, o contrabando de metais preciosos, a contaminação dos rios por extração ilegal de ouro, desmatamento criminoso, enfim, diversas maneiras de enriquecimento fácil e ilícito".

Estas afirmações, extremamente sérias e responsáveis, afirma a deputada Raquel, evidentemente não podem ser ignoradas e se constituem na mais valiosa colaboração para orientar e definir o procedimento de todos nós que desejamos construir um futuro límpido para a humanidade, a partir de uma realidade consciente, social, econômica e moralmente responsável.

Por todas estas razões a deputada Ra-

quel Cândido propôs aos governadores presentes a reunião a inclusão do Narcotráfico como uma das preocupações do Código Amazônico e as providências necessárias para evitar a sua entrada, disseminação, refino e reprocessamento via fronteira da Amazônia, propondo inclusive a criação de uma rodovia que atinja toda a fronteira onde, paralelo a esta providência, seriam construídas agrovilas para o povoamento de todas estas regiões, o que sem dúvida causaria sérias dificuldades para a entrada de drogas no país.

A Amazônia e os sete grandes — A imprensa mundial noticia com importante destaque a reunião ocorrida no dia 15 do corrente em Londres, dos Líderes Políticos representantes dos sete países mais ricos do mundo atual, também chamados de os sete mais desenvolvidos.

No destacado relato foi dada importância significativa às decisões desses governantes "de ajudar o Brasil e especialmente a região amazônica" contra os riscos decorrentes da ação predatória e por isso mesmo poluidora do meio ambiente, exercida por "desbravadores" desmedidamente irresponsáveis.

Esta, em síntese, a tônica do acontecimento.

É portanto em cima dela que desejo manifestar a minha opinião.

Não entendo ser desprezível tal preocupação. Ao contrário, a questão é tão importante, que deixou de ser uma questão "brasileira" ou dos Estados da Região Amazônica, para se transformar num fato que interessa ao mundo inteiro.

Do que não podemos nos abster é de admitir que apesar da amplitude do problema, ele é fundamentalmente um problema nacional.

A ajuda externa é importante, na implantação técnica dos sistemas defensivos; dos meios materiais a serem colocados à disposição das autoridades brasileiras; dos recursos financeiros a serem mobilizados e

aplicados no planejamento e execução dos projetos preventivos e ou repressivos, desde que tudo isso não seja escamoteado do comando das Autoridades Brasileiras e nem venha de alguma forma custar qualquer forma de lesão à nossa Soberania.

Esta colocação é particularmente importante, agora, quando se cogita da edição de um Código para a Amazônia todos os aspectos, necessariamente deverá levar em conta estas observações.

E nenhuma iniciativa prática de implantação de projetos de desenvolvimento poderá prosperar no sentido de gerar resultados sociais importantes ou economicamente apreciáveis, se não for gerada no útero pátrio, porque a ninguém mais interessa a felicidade de seus filhos, senão àquela que os gerou.

Não é necessário fazer nenhuma digressão de caráter filosófico ou político para admitir que o desenvolvimento material somente pode ser obtido a partir da concepção de uma sociedade estável, física e mentalmente sã, regida por um código de ética e moral obedecido por todos.

Esta a base sobre a qual, sim, poderá e deveremos nós construir a contemporaneidade da Região Amazônica.

Este o caminho que a mim parece não só o mais adequado, como aquele capaz de incluir na sua trilha o imenso contingente humano da Amazônia apto a fazê-lo mantê-lo e aperfeiçoá-lo, para felicidade do gênero humano.

A sabedoria oriental, que por ser oriental é antiga e por isso mesmo sábia, nos ensina que uma grande caminhada começa por um pequeno passo. E esse passo inicial — do qual muitas vezes, como agora, é possível antever o objetivo final — deverá ser dado com a preservação da saúde, da inteligência, da legalidade e dos sonhos de justiça do nosso povo, com a repressão rigorosa de tudo o que isso se opõe, a começar pelo contrabando e pelo tráfico de drogas.